

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
ENTRE A
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO OESTE
E O
INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS**

Considerando que:

A informação geo-referenciada é um suporte imprescindível à realização das actividades de planeamento, ordenamento e gestão do território;

A Associação de Municípios do Oeste, doravante designada por AMO, carece de informação cadastral para as suas múltiplas actividades nomeadamente, no âmbito da gestão urbanística, planeamento de pormenor, gestão exploração de infra-estruturas urbanas;

O Instituto Geográfico Português, doravante designado por IGP, é o organismo responsável pela execução da política da informação geográfica;

É celebrado o presente protocolo de Cooperação entre o IGP, com sede na Rua da Artilharia Um, 107, em Lisboa, representado Arménio Castanheira, na qualidade de Presidente e a AMO, com sede na Rua da Independência Nacional nº 8- 1º Dtº/Esqº 2500- Caldas da Rainha, representada por Carlos Manuel da Cruz Lourenço, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da AMO, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

Âmbito geográfico

A área geográfica de actuação da AMO integra as áreas dos Municípios de Alcobaça, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche, Lourinhã, Bombarral, Cadaval, Alenquer, Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos.

Cláusula 2ª

Objecto

O presente Protocolo tem por objecto definir e regular a cooperação a estabelecer entre a AMO e o IGP, no que respeita à **informatização dos elementos cadastrais gráficos resultantes das operações de cadastro geométrico da propriedade rústica dos concelhos integrantes da AMO, que adiram a esta iniciativa**. A informação produzida tem em vista a integração dos dados num sistema de informação que facilite as operações de actualização de cadastro e a sua utilização pelo município.

Cláusula 3ª

Constituição de Grupo de Trabalho

O IGP e a AMO comprometem-se a criar um grupo de trabalho com técnicos das duas instituições, com vista a dar execução ao presente Protocolo.

Cláusula 4ª

Acções e Responsabilidades

De acordo com o objecto do presente Protocolo, ambas as partes signatárias acordam em promover e realizar as acções abaixo descritas:

1. Obrigações do IGP

- a) Disponibilizar à AMO as secções *rasterizadas* e geo-referenciadas, no sistema Hayford-Gauss, Datum 73, com origem das coordenadas no Ponto Central, referentes ao cadastro geométrico da propriedade rústica dos municípios de Alcobaça (com excepção da freguesia da Moita que em 2001 passou a integrar o concelho da Marinha Grande), Nazaré, Óbidos, Peniche, Lourinhã, Bombarral, Cadaval, Alenquer, Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos;
- b) Fornecer apoio técnico e formação aos técnicos da AMO;
- c) Fornecer à AMO o gráfico de ligação (plantas de enquadramento) das secções cadastrais;
- d) Verificar, por amostragem estatística, a informação resultante da digitalização dos elementos gráficos.

2. Obrigações da AMO

Fornecer ao IGP toda a informação referente ao Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica em formato vectorial, dos Municípios indicados no ponto anterior, de acordo com as especificações técnicas e o catálogo de objectos do IGP.

3. Obrigações Comuns

Quaisquer trabalhos que venham a ser realizados tendentes à produção, ou conservação de cadastro ou referenciação geográfica da propriedade serão reciprocamente cedidos, a título gratuito, entre as partes signatárias.

Cláusula 5ª

Gratuidade de dados

A transferência de informação cadastral referida na Cláusula 4ª - pontos 1 e 2, entre os outorgantes, efectuar-se-á gratuitamente.

Cláusula 6ª

Direitos de Autor relativos aos dados fornecidos pelo IGP

1. Os dados fornecidos pelo IGP encontram-se protegidos pelo disposto na lei portuguesa e internacional sobre direitos de autor e não podem nomeadamente ser utilizados para finalidades distintas, copiados, divulgados ou cedidos a terceiros, sob qualquer forma, a título oneroso ou gratuito, sem autorização expressa do IGP, exceptuando-se ao disposto a emissão de plantas de localização, quando solicitadas para a instrução de processos de licenciamento.
2. A utilização e divulgação externa dos dados, por qualquer meio ou sob qualquer forma, implicam ainda a menção expressa da sua proveniência e autoria.

Cláusula 7ª

Alteração ou revisão do Protocolo

1. O presente Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada nesse sentido por qualquer das entidades signatárias.
2. Uma vez aceites e validadas, através de assinatura dos representantes legais das entidades signatárias, as propostas de alteração ou revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

Cláusula 8ª

Vigência

O presente Protocolo vigorará pelo período de três anos, considerando-se sucessivamente renovado por iguais períodos se nenhuma das partes se pronunciar em contrário até três meses antes da data de termo.

Cláusula 9ª

Resolução

1. A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Protocolo caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressas ou dele decorrentes.
2. Não serão considerados factores que determinem incumprimento, os que resultem de causas externas à vontade dos signatários.

Cláusula 10ª **Interpretação**

1. As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula 2ª.
2. O presente Protocolo merece a concordância de ambas as entidades signatárias e é assinado pelos respectivos representantes legais, em dois exemplares.

31 de Maio de 2006.

Pela AMO



Carlos Manuel da Cruz Lourenço

Pelo IGP



Arménio dos Santos Castanheira